

CONCURSO PÚBLICO

## 004. PROVA OBJETIVA

### ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ÁREA DE CONHECIMENTO/ÊNFASE: **ENERGIA ELÉTRICA**

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira a seguir:



(André Dahmer. *Malvados* # 846. Disponível em: [www.malvados.com.br](http://www.malvados.com.br))

A vírgula no 1º quadro foi empregada pelo mesmo motivo que em:

- (A) Há quem prefira buscar para si mesmo as coisas celestiais; outros, as infernais.
- (B) A ausência de uma figura materna gera uma busca, pois fica um espaço vazio.
- (C) Sem estar preparado para o pior, não se pode desejar o calor impossível.
- (D) Em situações de desespero, as pessoas podem tomar medidas extremas.
- (E) O diabo é conhecido como aquele que garante a dor, o sofrimento e a tentação.

02. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase e de regência verbal e nominal a frase:

- (A) Segundo o diabo, viver feliz é algo em que todos anseiam, mesmo quando se aspirou à algo oposto.
- (B) Com um projétil na pistola, a personagem reitera de sua capacidade em descer às profundezas terrestres.
- (C) Os que teimam sonhar conferem para a dor uma selvageria indômita e não veem justificativa à amar.
- (D) Estar no inferno foi algo que não agradou à personagem que necessitava de um calor impossível.
- (E) A personagem acha que o risco envolvido no ato de amar é algo à que se pode prescindir.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **03 a 06**:

O desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa (IAG) depende do treinamento de vastos conjuntos de informações para que o modelo aprenda sobre linguagem, padrões e conhecimento geral. Esses dados podem incluir textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais.

Se, por um lado, a criatividade e o conteúdo humano precisam ser preservados e recompensados, por outro, regras rígidas de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes, tais como: custos proibitivos para empresas de pequeno porte, aumentando a vantagem competitiva das grandes empresas; fuga de centros de IA para países mais permissivos; menor precisão diante da menor quantidade de dados; e repressão da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados.

O conteúdo, enquanto obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. Embora esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Diferentemente de um livro digital ou de uma música arquivada, esses sistemas não guardam cada obra de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais a partir do conjunto de uma grande massa toda. A memorização de trechos específicos pode ocorrer, mas em pequena escala. Em geral, o modelo generaliza e o impacto de cada obra isolada se dilui dentro da massa de dados, não havendo como rastrear a contribuição unitária. Isso torna inadequado tratar o treinamento desses modelos como se fosse equivalente ao uso individualizado de uma obra musical, jornalística ou literária.

No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a aplicação do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a Lei de Direitos Autorais, quando: se tratar de situação especial; não prejudicar a exploração normal da obra; e não causar dano injustificado aos interesses do autor.

Em geral, no caso do “treinamento justo”, os argumentos são: os dados são utilizados apenas como insumos técnicos, para ensinar padrões estatísticos, e não para copiar as obras originais; o aprendizado de máquina é comparável ao processo humano de indução e generalização; e a responsabilização deve ser aplicada em relação aos resultados produzidos que violem direitos autorais.

Ou seja, o tema é desafiador e de alta complexidade, sob a perspectiva técnica e jurídica. A tensão entre garantir a remuneração e o reconhecimento dos criadores, por um lado, e não inviabilizar a inovação tecnológica, por outro, exige abordagem regulatória cuidadosa, proporcional e tecnologicamente embasada.

(Rony Vainzof. *Treinamento da IA, direitos autorais e regulação*. [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br), 21.10.2025. Adaptado)

**03.** Com base nas informações presentes no texto sobre o treinamento e o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG), defende-se que

- (A) a opção por um modelo estatístico de treinamento da IAG garante a possibilidade de ligar o produto gerado por eles ao autor original.
- (B) a probabilidade de uma IAG reproduzir conteúdo idêntico ao usado para seu treinamento é tão remota que não se justifica criar uma legislação a respeito.
- (C) o uso de obras autorais para o treinamento da IAG deve garantir tanto a proteção autoral quanto o incentivo ao progresso digital.
- (D) o treinamento da IAG deve se dar de maneira regulada, o que gera equilíbrio entre empresas de diferentes portes.
- (E) a IAG pode beneficiar uma obra autoral, na medida em que, ao reproduzir seu conteúdo, explora-o, fazendo sua divulgação indireta.

**04.** Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado pode ser substituído, mantendo-se o sentido do trecho, pelo que está entre colchetes, empregado em sentido figurado.

- (A) ... regras **rígidas** [intrépidas] de direitos autorais para o treinamento da IAG podem trazer efeitos colaterais preocupantes... (2º parágrafo)
- (B) ... e **repressão** [sufocação] da pesquisa aberta e concentração de inovação em ambientes fechados. (2º parágrafo)
- (C) No Brasil, há fundamentos jurídicos que permitem a **aplicação** [dedicação] do “uso justo”, conforme entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ)... (5º parágrafo)
- (D) Esses dados podem **incluir** [abarcas] textos, imagens ou vídeos, os quais frequentemente são protegidos por direitos autorais. (1º parágrafo)
- (E) ... esses sistemas não guardam cada **obra** [trabalho] de forma individual, mas extraem padrões estatísticos gerais... (4º parágrafo)

05. Está em conformidade com o que se afirma no texto e com a norma-padrão de concordância verbal e nominal a frase:

- (A) Não está descartado a possibilidade de que uma IA guarde excertos particulares de uma obra, mas isso ocorre numa proporção ínfima.
- (B) Busca-se no Brasil meios para se chegar a uma legislação que contemple, além do “uso justo”, o “treinamento justo” dos sistemas de IA.
- (C) Um autor cujas obras foram utilizadas para treinar sistemas de IA não deverão receber compensações, a menos que consigam provar o uso.
- (D) A vastidão dos conjuntos de informações que alimentam a IA é o que garante o funcionamento desses sistemas conforme o que se espera deles.
- (E) Uma legislação mais rigorosa aplicada sobre empresas desenvolvedoras de IA as forçariam a mudar para um país onde as condições fossem mais favoráveis.

06. Considere o 3º parágrafo do texto:

O conteúdo, **enquanto** obra passível de proteção, é utilizado somente como insumo técnico para ensinar o modelo sobre as relações estatísticas entre os seus elementos. **Embora** esses vetores não reproduzam diretamente a obra original e os modelos não armazenem os dados como um banco de referência consultável, eles podem carregar sua estrutura em forma matemática, o que poderia levar à conclusão de que, a partir disso, seria possível reconstruir o conteúdo protegido.

Os vocábulos destacados podem ser substituídos, respectivamente, mantendo-se o sentido e a norma-padrão do trecho, por:

- (A) no momento de uma ... Mesmo que
- (B) entendido como ... Entretanto
- (C) à medida que ... Posto que
- (D) conforme ... Enquanto
- (E) na qualidade de ... Ainda que

07. Está em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal a frase:

- (A) O conteúdo está sujeito à proteção de direitos autorais e é utilizado pelo desenvolvedor do modelo para alimentá-lo.
- (B) Os dados das obras são acessíveis pelos modelos e estes armazenam-os com uma estrutura matemática.
- (C) Obras originais têm sido usadas para alimentar modelos de IA, mas estes não têm citado-as devidamente.
- (D) Os modelos, por fim, não reproduzem integralmente conteúdos protegidos por direito autoral, mas lhes imitam.
- (E) A capacidade dos modelos de IA de gerar conteúdos novos é objeto de questionamento de quem cria-os de maneira autoral.

08. Curiosamente, a cotação anual de um ativo sofreu reajustes positivos e sucessivos de, respectivamente, 3%, 40%, 3%, 40%, 3%, 40% e 3%.

**Valores que podem auxiliar a resolução**

$0,03^4 = 0,00000081$	$0,04^3 = 0,000064$
$0,3^4 = 0,0081$	$0,4^3 = 0,064$
$1,03^4 = 1,12550881$	$1,04^3 = 1,124864$
$1,3^4 = 2,8561$	$1,4^3 = 2,744$

Após esses sete reajustes na cotação, é correto afirmar que o reajuste total que essa cotação sofreu foi um valor mais próximo de

- (A) 300%
- (B) 132%
- (C) 209%
- (D) 401%
- (E) 600%

09. Uma senha de acesso a um computador é composta de 7 caracteres distintos, que são, nesta ordem: 3 letras dentre as letras A, B, C, D e E e 4 algarismos dentre os algarismos 1, 2, 3, 4 e 5. A primeira letra utilizada na senha deve ser seguida de outras duas letras que sejam, em relação à ordem alfabética, posteriores à primeira letra, e essas outras duas letras devem estar em ordem alfabética. O primeiro algarismo utilizado na senha deve ser seguido de outros três algarismos que sejam menores do que esse primeiro algarismo.

Considerando todas as possibilidades de criação dessas senhas, a probabilidade de uma delas ser sorteada e ser uma senha que inicie com a letra B e termine com o algarismo 2 é

- (A) 6%
- (B) 8%
- (C) 4%
- (D) 5%
- (E) 7%

10. Para realçar um discurso de sucesso, o diretor de uma empresa quer expor os resultados positivos dos últimos 6 meses por meio de uma análise das medidas de tendência central que são: média, mediana e moda. Os resultados a serem considerados são os totais de vendas de cada mês, que são, respectivamente e em milhões de reais: 23, 16, 17, 20, 8 e 16.

O diretor calculou essas três medidas que, em ordem crescente de valor, são:

- (A) média, moda, mediana.
- (B) mediana, média, moda.
- (C) moda, média, mediana.
- (D) média, mediana, moda.
- (E) moda, mediana, média.

11. Um artesão tinha à sua disposição um bloco compacto de madeira, com formato cúbico, cujo volume era de  $4.096 \text{ cm}^3$ . Ele dividiu esse cubo, sem perda de material, em oito cubos iguais. Quatro desses cubos o artesão desbastou até que ficassem, cada um, com o formato de um cilindro, cuja base circular tinha diâmetro de medida igual à aresta do cubo e cuja altura era a mesma altura do cubo; outros três desses cubos ele desbastou até que ficassem cada um com o formato de uma pirâmide cuja base era uma das faces do cubo e cuja altura era igual à altura do cubo; um desses oito cubos o artesão não alterou.

Ao realizar esse trabalho de criação dessas oito peças, o volume de madeira que o artesão desbastou correspondia, em relação ao bloco de madeira inicial, a

**Adote:**  $\pi = 3$

- (A) 40%  
(B) 45%  
(C) 37,5%  
(D) 25%  
(E) 32,5%
12. Adriana, Bruna e Carla são amigas e suas idades são 35, 42 e 48 anos, não necessariamente nessa ordem. Elas têm profissões diferentes, sendo uma delas médica, outra advogada e outra professora. Também é conhecido o fato de que Adriana não tem 48 anos e é prima da médica. Já a professora mora bem perto da Adriana, e Carla já passava dos 10 anos de idade quando a futura professora nasceu.

Com essas informações, é correto afirmar que a diferença entre a soma das idades da médica e da advogada e a soma das idades de Adriana e de Bruna é igual a

- (A) 15.  
(B) 9.  
(C) 7.  
(D) 13.  
(E) 6.
13. A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico-matemático:

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 5, ...

Considerando esse padrão, é possível determinar os elementos em qualquer posição da sequência. Sejam F o 125º e G o 165º elementos dessa sequência, a razão F/G em seu formato irredutível é

- (A)  $9/8$   
(B)  $10/9$   
(C)  $8/7$   
(D)  $3/4$   
(E)  $2/3$

**14.** Assinale a alternativa correta a respeito das autarquias especiais.

- (A) Seus dirigentes não possuem mandato fixo, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo chefe do Poder Executivo.
- (B) A indicação dos seus dirigentes é feita diretamente pelo Presidente da República com aprovação do Senado no caso das agências federais.
- (C) São subordinadas diretamente a um ministério, secretaria ou ao chefe do respectivo Poder Executivo.
- (D) São dotadas de autonomia e estão sujeitas à fiscalização e ao controle externo apenas por parte do Poder Judiciário.
- (E) Possuem personalidade jurídica de direito privado e desempenham atividades de natureza privada delegadas pelo Estado.

**15.** Na hipótese de concessão de um serviço público em que a concessionária, na execução do serviço concedido, venha a causar um prejuízo ao usuário, é correto afirmar que

- (A) a concessionária e o poder concedente deverão responder de forma solidária pelos danos causados ao usuário, para que este tenha maior possibilidade de ressarcimento.
- (B) o responsável pelo ressarcimento dos danos será o poder concedente, em razão da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- (C) a concessionária deverá responder pelos danos ao usuário, cabendo a este o ônus probatório de comprovar que houve culpa ou dolo da concessionária.
- (D) a concessionária deverá responder pelos danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- (E) quem deverá responder pelos danos causados ao usuário é a concessionária, solidariamente, com o funcionário que foi o culpado pela causação dos danos.

**16.** Assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 e suas alterações) no tocante às suas sanções administrativas.

- (A) Uma das sanções aplicáveis aos agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, é a prisão administrativa por até 30 (trinta) dias.
- (B) O produto da arrecadação das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas, nos termos da LGPD, inscritas ou não em dívida ativa, será destinado ao fundo de despesas ordinárias do Poder Judiciário.
- (C) A LGPD prevê, como sanção, a suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.
- (D) É vedada a aplicação de multa, como sanção administrativa, a ser imposta sobre o faturamento de pessoa jurídica de direito privado.
- (E) Aplicadas sanções administrativas previstas na LGPD, fica vedada a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em outras legislações.

**17.** Considerando a repartição constitucional de competências dos entes federados, no tocante à competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, a Constituição Federal estabelece, nessas matérias, que

- (A) compete à União legislar privativamente.
- (B) é competência legislativa concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- (C) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) compete, privativamente, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (E) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

18. Suponha que Adélio, detentor de cargo público no Estado de São Paulo, pretenda atuar como procurador de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta estadual. Nessa situação hipotética, considerando os termos do Decreto Estadual nº 69.474/ 2025, é correto afirmar que
- (A) Adélio poderá atuar na forma pretendida, se estiver devidamente autorizado pela autoridade competente.
  - (B) a eventual atuação de Adélio configura conflito de interesses real, que pode gerar procedimento administrativo disciplinar ou ação de improbidade.
  - (C) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual, isoladamente, não enseja a imposição de sanção.
  - (D) a atuação pretendida de Adélio configura conflito de interesses potencial, o qual é passível de imposição de sanção por improbidade administrativa.
  - (E) essa situação não configura conflito de interesses, podendo Adélio atuar como procurador, independentemente de autorização.
19. Segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de decisões ou opiniões técnicas prolatadas por um agente público, este
- (A) não responderá pessoalmente, salvo se a opinião ou decisão não for acatada pelo seu superior imediato.
  - (B) responderá pessoalmente apenas se estiver exercendo cargo de direção, chefia ou assessoramento.
  - (C) não responderá pessoalmente, salvo se agiu com a intenção de prejudicar a imagem da Administração.
  - (D) responderá pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.
  - (E) não responderá pessoalmente por elas, uma vez que deve ter independência em suas funções.
20. Com base na legislação aplicável e nas boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta quanto aos objetivos e princípios que regem a atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP).
- (A) A modicidade tarifária, a transparência decisória e a proteção dos direitos dos usuários integram os objetivos da ARSESP, orientando tanto a regulação quanto a fiscalização dos serviços públicos.
  - (B) A Lei Complementar nº 1.025/2007 limita a competência da ARSESP aos serviços de energia elétrica e gás canalizado, vedando-lhe atuar em matéria de saneamento básico.
  - (C) O regime especial da ARSESP visa garantir subordinação técnica ao Poder Executivo, preservando a uniformidade das decisões administrativas estaduais.
  - (D) Conforme o art. 9º da Lei Complementar nº 1.025/2007, compete à ARSESP fixar as tarifas de energia elétrica no Estado de São Paulo, independentemente das diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
  - (E) A atuação da ARSESP deve pautar-se pela intervenção direta nas políticas de investimento das concessionárias, assegurando controle público sobre sua execução.
21. As falhas de mercado justificam a intervenção do Estado por meio da regulação econômica. Considerando as principais formas de falhas de mercado e os instrumentos regulatórios correspondentes, assinale a alternativa correta.
- (A) As externalidades positivas exigem a criação de tributos ou tarifas que desestimulem a atividade.
  - (B) A assimetria de informação decorre de falhas contratuais entre agentes privados e, por isso, não constitui hipótese de intervenção regulatória.
  - (C) A existência de retornos crescentes de escala em monopólios naturais não elimina a necessidade de regulação, justificando a atuação estatal para garantir eficiência produtiva e modicidade tarifária.
  - (D) Bens públicos são divisíveis e excludentes, razão pela qual sua provisão é mais eficiente pelo setor privado sob regime de concorrência.
  - (E) A seleção adversa ocorre após a celebração do contrato, quando uma das partes altera seu comportamento em razão da impossibilidade de monitoramento.

**22.** As boas práticas de governança regulatória buscam aprimorar a qualidade das normas editadas pelas agências reguladoras. Nesse contexto, a Análise de Impacto Regulatório (AIR) caracteriza-se por

- (A) ser mecanismo de controle posterior exercido por órgãos de auditoria e fiscalização.
- (B) ser um estudo prévio que identifica o problema regulatório, avalia alternativas e subsidia a tomada de decisão antes da edição do ato normativo.
- (C) consistir em consulta pública destinada a colher contribuições da sociedade sobre proposta normativa já elaborada.
- (D) ser um instrumento utilizado após a edição da norma, destinado a avaliar seus efeitos e resultados.
- (E) representar o planejamento anual das ações prioritárias de regulação da agência.

**23.** Durante a tramitação de um processo de revisão tarifária, a área técnica concluiu relatório propondo rever parâmetros de cálculo. Antes da reunião do Conselho Diretor, o diretor responsável aprova o relatório e o envia à concessionária para aplicação imediata, alegando urgência e suficiência técnica. O procedimento não foi, portanto, submetido à deliberação colegiada.

Com base no Regimento Interno da ARSESP (Deliberação nº 1.649/2025) e nos princípios de governança regulatória, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta é regular, pois a urgência e a instrução técnica permitem dispensa de colegialidade, desde que o diretor comunique o conselho em até 48 horas.
- (B) A conduta é irregular porque o diretor deixou de solicitar parecer jurídico prévio, requisito indispensável para a validade de todo ato regulatório.
- (C) A conduta é regular por se tratar de ato meramente executivo de parâmetro técnico, que não se submete à deliberação colegiada quando não altera norma geral.
- (D) A conduta é regular porque o diretor, como autoridade máxima da área técnica, possui competência decisória final sobre processos tarifários.
- (E) A conduta é irregular, pois matérias de natureza regulatória exigem deliberação colegiada do Conselho Diretor e publicação oficial para produzir efeitos.

**24.** Sobre o modelo de estrutura-conduta-desempenho (E-C-D), é correto afirmar que

- (A) a formulação original do modelo reconhece uma relação bidirecional entre estrutura, conduta e desempenho, ainda que a ênfase inicial recaia sobre a influência da demanda sobre o desempenho.
- (B) um de seus pressupostos é a causalidade que parte da estrutura de mercado, como o grau de concentração, para influenciar a conduta das empresas e, por consequência, o desempenho econômico.
- (C) a conduta das firmas é considerada independente da estrutura de mercado, de modo que decisões de preço e investimento são tomadas sem influência do grau de concentração ou barreiras à entrada.
- (D) o modelo foi formulado para descrever mercados competitivos, não sendo aplicável a oligopólios ou monopólios naturais.
- (E) ele parte da premissa de que o desempenho das firmas determina, em última instância, a estrutura de mercado, razão pela qual mercados com lucros elevados atraem novos concorrentes e reduzem a concentração.

**25.** À luz da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das boas práticas regulatórias, assinale a alternativa correta.

- (A) O governador pode avocar e reformar, por mérito técnico, deliberações colegiadas das agências, em razão do poder de tutela administrativa sobre entidades da administração indireta.
- (B) As agências estaduais são autarquias de regime especial, caracterizadas pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.
- (C) As agências reguladoras deverão promover audiências e consultas públicas, após a tomada de decisão do Conselho Diretor, quanto à fixação de tarifas e estruturas tarifárias dos serviços regulados.
- (D) A SP ÁGUAS possui natureza de empresa pública de direito privado sujeita ao regime empresarial.
- (E) O poder sancionador das agências depende de lei federal setorial específica.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO SETOR ELÉTRICO

26. As concessões, permissões e autorizações de exploração de serviços e instalações de energia elétrica e de aproveitamento energético dos cursos de água serão contratadas, prorrogadas ou outorgadas nos termos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e de demais leis.

No âmbito da Lei nº 9.074 relacionado aos serviços de energia elétrica, é correto afirmar que

- (A) as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional (SIN) não poderão desenvolver atividades de geração de energia elétrica e de transmissão de energia elétrica.
- (B) as concessões de geração de energia elétrica anteriores a 11 de dezembro de 2003 terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 25 (vinte e cinco) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado por até 25 (vinte e cinco) anos, a critério do poder concedente, observadas as condições estabelecidas nos contratos.
- (C) as concessionárias e as autorizadas de geração de energia elétrica que atuem no Sistema Interligado Nacional (SIN) poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.
- (D) as concessões de transmissão e de distribuição de energia elétrica contratadas a partir da Lei nº 9.074 terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a 20 (vinte) anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.
- (E) a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) fica autorizada a celebrar aditivos aos contratos de concessão de uso de bem público de aproveitamentos de potenciais hidráulicos feitos a título oneroso em favor da União, mediante solicitação do respectivo titular, com a finalidade de permitir que o início do pagamento pelo uso de bem público coincida com o atendimento simultâneo das seguintes situações: I – o início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR); II – a efetiva entrada em operação comercial do aproveitamento.

27. De acordo com a Lei Federal nº 9.074/1995, trata-se de objeto de concessão, mediante licitação:

- (A) de uso de bem público, o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts) destinados a uso exclusivo de autoprodutor, resguardado direito adquirido relativo às concessões existentes.
- (B) o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a produção independente de energia elétrica.
- (C) o aproveitamento de potenciais hidráulicos e a implantação de usinas termoelétricas de potência igual ou inferior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a execução de serviço público.
- (D) o aproveitamento de potenciais hidráulicos e a implantação de usinas termoelétricas de potência superior a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) destinados a execução de serviço público.
- (E) o aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 10.000 kW (dez mil quilowatts) destinados a produção independente de energia elétrica.

28. Considerando a Lei Federal nº 9.427/1996, é competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

- (A) atuar diretamente sobre o operador nacional do sistema de forma a otimizar o uso das fontes do sistema elétrico interligado.
- (B) controlar a aplicação de recursos das concessionárias na contratação de pessoal técnico.
- (C) promover as licitações destinadas à contratação de concessionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos.
- (D) controlar integralmente processo de destinação dos recursos destinados aos fundos setoriais relacionados à energia elétrica.
- (E) dirimir, exclusivamente no âmbito judiciário, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.

**29.** Conforme a Lei Federal nº 10.438/2002, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada visando ao desenvolvimento energético dos estados.

Além desse objetivo principal, também é um objetivo da CDE:

- (A) garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse industrial.
- (B) prover recursos para compensar o impacto tarifário da elevada densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, concessionárias ou permissionárias, em relação à principal concessionária de distribuição supridora, na forma definida pela Aneel.
- (C) prover recursos para os dispêndios em programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- (D) incentivar exclusivamente a ampliação de geração de energia produzida a partir de fontes eólica e fotovoltaica.
- (E) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

**30.** A Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, trata, principalmente, de

- (A) comercialização de energia elétrica.
- (B) regulação do mercado de energia elétrica.
- (C) programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- (D) índices de qualidade da energia elétrica.
- (E) outorga de aproveitamentos hídricos.

**31.** Os contratos de concessão de serviços de distribuição de energia elétrica estabelecem índices de continuidade do serviço.

São índices de continuidade:

- (A)  $\Delta$ ADSUP e  $\Delta$ PRSUP.
- (B) DRP e DRC.
- (C) RTB e RTC.
- (D) DEC e FEC.
- (E) DTT95% e FD95%.

**32.** Nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, é explícito que a qualidade do serviço é monitorada, e, em caso de descumprimento, a ANEEL pode aplicar penalidades relacionadas aos índices não atendidos.

Dentro desse aspecto, são indicadores individuais de tensão em regime permanente:

- (A)  $\Delta$ ADSUP e  $\Delta$ PRSUP.
- (B) DRP e DRC.
- (C) DTT95% e FD95%.
- (D) DEC e FEC.
- (E) RTB e RTC.

**33.** Considerando os principais aspectos de contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, em relação às cláusulas referentes a bens e investimentos, é correto afirmar que novos investimentos em expansão e modernização da rede são

- (A) obrigatórios para atendimento às demandas do poder público e não exigem aprovação por parte da ANEEL.
- (B) opcionais, conforme interesse econômico por parte da concessionária, e devem ser comunicados à ANEEL.
- (C) opcionais, ligados à capacidade de investimento da concessionária, e devem ser aprovados pela ANEEL.
- (D) obrigatórios para atendimento exclusivo às demandas de unidades consumidoras de grande porte e devem ser aprovados pela ANEEL.
- (E) obrigatórios para atender à demanda de energia e devem ser aprovados pela ANEEL.

**34.** Considerando os principais aspectos de contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, um item obrigatório é relacionado a revisão tarifária e reajustes.

Nesse aspecto específico, é correto afirmar que

- (A) os contratos preveem reajustes quadrienais com base na inflação do período.
- (B) os contratos preveem reajustes semestrais com base na inflação do período.
- (C) os planos de investimentos devem ser apresentados pelas concessionárias distribuidoras para aprovação da ANEEL em cada ciclo tarifário.
- (D) a ANEEL realiza revisões tarifárias periódicas, geralmente a cada dois anos, para definir o aumento nas tarifas aplicadas aos consumidores, garantindo um superávit para suportar os investimentos da concessionária nas obras de modernização e ampliação do sistema de distribuição.
- (E) os planos de investimentos devem ser apresentados pelas concessionárias distribuidoras sempre que existir previsão de déficit orçamentário, visando à recomposição econômico-financeira, para aprovação da ANEEL em cada ciclo tarifário.

- 35.** Considerando o sistema tarifário e os mecanismos de reajuste e revisão de tarifas do setor elétrico, é correto afirmar que o mecanismo atualmente empregado para cobrir custos variáveis da geração de energia, como em períodos de estiagem, é
- (A) aplicação de bandeiras tarifárias.
  - (B) limitação de fornecimento em casos de excesso de consumo no período de estiagem.
  - (C) emprego de tarifas sazonais de período seco e período úmido.
  - (D) cobrança de adicional de consumo estabelecido no contrato de fornecimento.
  - (E) alteração prevista no contrato de demanda e consumo em períodos de estiagem.
- 36.** O sistema tarifário do setor elétrico brasileiro, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), busca garantir o equilíbrio financeiro das concessionárias e a modicidade tarifária para os consumidores.
- A estrutura da tarifa de energia elétrica no Brasil é composta principalmente de
- (A) grupo B, grupo A e bandeiras tarifárias.
  - (B) reajuste tarifário anual (RTA), revisão tarifária periódica (RTP) e revisão tarifária extraordinária.
  - (C) tarifa de energia (TE), reajuste tarifário anual (RTA) e bandeiras tarifárias.
  - (D) parcela A: custos não gerenciáveis pelas distribuidoras (compra de energia); tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST); encargos setoriais; parcela B: custos gerenciáveis pelas distribuidoras de energia (tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD) e tributos (ICMS, PIS e Cofins).
  - (E) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), bandeiras tarifárias e encargos setoriais e impostos.
- 37.** Em relação aos mecanismos de reajuste e revisão de tarifas do setor elétrico, para manter o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, a ANEEL utiliza os seguintes mecanismos:
- (A) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), tarifa de energia (TE) e encargos setoriais e impostos.
  - (B) reajuste tarifário anual (RTA), revisão tarifária periódica (RTP), revisão tarifária extraordinária e ajustes pontuais.
  - (C) grupo B, grupo A e bandeiras tarifárias.
  - (D) tarifa de energia (TE), reajuste tarifário anual (RTA) e bandeiras tarifárias.
  - (E) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), bandeiras tarifárias e encargos setoriais e impostos.
- 38.** O valor monetário unitário determinado pela ANEEL, em R\$/MWh ou em R\$/kW, utilizado para efetuar o faturamento mensal de usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema é conhecido como
- (A) CUSD.
  - (B) TE.
  - (C) TFSEE.
  - (D) TUSD.
  - (E) TUSDG.
- 39.** Conforme a Lei Estadual nº 10.177/1998, os atos administrativos do governador do Estado são denominados
- (A) resoluções.
  - (B) deliberações.
  - (C) decretos.
  - (D) ofícios.
  - (E) portarias.
- 40.** Considerando a etapa de instrução de procedimentos administrativos, conforme a Lei Estadual nº 10.177/1998, o órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outro para instrução de procedimento administrativo poderá requisitá-las
- (A) diretamente, observando-se a vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.
  - (B) por ofício dirigido ao diretor do departamento jurídico da entidade interpelada, documento do qual uma cópia será juntada aos autos.
  - (C) diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante portaria, da qual uma cópia será juntada aos autos.
  - (D) por petição ao diretor jurídico do outro órgão, observando-se a vinculação hierárquica, documento do qual uma cópia será juntada aos autos.
  - (E) diretamente, sem observância da vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

41. Considerando unidades consumidoras pertencentes ao mercado livre de energia, é correto afirmar que
- (A) as unidades podem adquirir energia incentivada e energia convencional.
  - (B) a energia proveniente de fontes eólicas de grande porte e centrais de energia solar fotovoltaica são consideradas fontes de energia convencional.
  - (C) as unidades são obrigadas a adquirir exclusivamente energia incentivada.
  - (D) as unidades que adquirem energia proveniente de pequenas centrais hidrelétricas estão proibidas de adquirir energia de grandes centrais hidrelétricas.
  - (E) as unidades são obrigadas a adquirir exclusivamente energia convencional.
42. Para as unidades consumidoras com contrato no mercado cativo de energia, é correto afirmar que
- (A) o pagamento da fatura de energia é separado: uma parte para o fornecedor e outra para a distribuidora (uso da rede).
  - (B) há a possibilidade de negociar o preço da energia e o tipo de fonte geradora, visando à redução de custos.
  - (C) o usuário não escolhe o fornecedor; a eletricidade é contratada diretamente com a distribuidora responsável pela área onde o imóvel está localizado.
  - (D) os preços são definidos por contratos firmados com as concessionárias e permanecem fixos durante o período de um ciclo anual de faturamento.
  - (E) o mercado cativo permite que o consumidor escolha o fornecedor de energia elétrica com quem deseja negociar.
43. Os mecanismos do mercado de energia elétrica que visam aumentar a eficiência da contratação de energia, procurando garantir o abastecimento da população com o menor custo, são conhecidos como
- (A) licitações.
  - (B) registros de preço.
  - (C) contratos.
  - (D) leilões.
  - (E) consórcios.
44. Considerando as características das redes de distribuição, é correto afirmar que
- (A) unidades consumidoras do grupo A3 podem ser conectadas em redes de distribuição do grupo A4.
  - (B) a tensão de distribuição de 13,8 kV pertence às redes com classe de tensão A4.
  - (C) 69 kV é a tensão nominal de uma rede de distribuição com classe de tensão A2.
  - (D) a classe de tensão A4 engloba redes de distribuição em tensão secundária.
  - (E) a tensão nominal de uma rede de distribuição com classe de tensão A3 é igual a 34,5 kV.
45. Considerando a operação e a manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica, são ações voltadas à modernização do sistema de distribuição:
- (A) monitorar e controlar o fluxo de energia na rede de distribuição, que vai das subestações até as residências.
  - (B) aplicar adequadamente as ações de manutenção, em seus três tipos principais: preditiva, preventiva e corretiva.
  - (C) incorporar tecnologias de rede inteligente para atender aos aumentos de demanda, otimizar o fornecimento e integrar fontes de energia distribuída.
  - (D) planejar e executar tarefas com segurança, principalmente nas atividades em altura e envolvendo materiais perigosos, como isoladores de vidro e de porcelana.
  - (E) prever a demanda do sistema e planejar soluções para a manutenção preditiva e preventiva, voltadas à expansão da rede, garantindo um serviço seguro e acessível.
46. Considerando a automação de um sistema de distribuição, assinale a alternativa que apresenta apenas componentes do sistema associados à automação.
- (A) Relés digitais, rede de comunicação confiável e em tempo real entre os dispositivos de campo e um centro de controle operacional (CCO), controladores de automação em tempo real (RTACs).
  - (B) Sensores de tensão, relés digitais, transformadores tipo pedestal, controladores de automação em tempo real (RTACs), bancos de capacitores.
  - (C) Relés automáticos de tensão, chaves de manobra automatizadas, relés digitais, cabeamento primário em rede compacta, isoladores poliméricos.
  - (D) Para-raios poliméricos, chaves de manobra automatizadas, relés digitais, controladores de automação em tempo real (RTACs).
  - (E) Chaves de manobra automatizadas, bancos de capacitores, relés digitais, rede de comunicação entre os dispositivos de campo e um centro de controle operacional (CCO).

47. Considere o dispositivo de proteção e controle utilizado em redes elétricas de distribuição de média tensão que possui o seguinte funcionamento: ao detectar uma falha (como um curto-circuito), desliga automaticamente o circuito para proteger a rede; em seguida, após um curto período de tempo, ocorre o rearme automático do dispositivo, tentando restabelecer a alimentação do circuito. Se a falha for momentânea (transiente), como um galho de árvore que toca a fiação, a energia é restaurada. Caso a falha seja permanente e o dispositivo não consiga restabelecer a alimentação do circuito após um número programado de tentativas, ele permanece definitivamente em estado desligado (bloqueio) para que uma equipe da concessionária possa intervir manualmente e reparar o problema.
- O dispositivo descrito é o
- (A) relé de sobrecarga.
  - (B) relé de sobrecorrente.
  - (C) disjuntor automático.
  - (D) religador automático.
  - (E) seccionador automático.
48. A iniciativa da ANEEL que visa promover o uso eficiente da energia elétrica, reduzindo desperdícios e envolvendo diversos projetos para otimizar o consumo energético em diferentes setores, é o
- (A) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).
  - (B) Programa de Gestão e Desempenho (PGD).
  - (C) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).
  - (D) Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI).
  - (E) Programa de Eficiência Energética (PEE).
49. A produção de energia elétrica a partir de usinas nucleares utiliza um material radioativo como combustível.
- No Brasil, as usinas nucleares em operação usam como material combustível
- (A) urânio.
  - (B) estrôncio.
  - (C) tório.
  - (D) céσιο.
  - (E) plutônio.
50. No Brasil, em 2024, as três maiores fontes renováveis e as três maiores fontes não renováveis, em ordem decrescente de participação na matriz de energia elétrica brasileira, são:
- (A) renováveis: hídrica, eólica e biomassa; não renováveis: petróleo, carvão mineral e gás natural.
  - (B) renováveis: hídrica, eólica e biomassa; não renováveis: gás natural, petróleo e carvão mineral.
  - (C) renováveis: fotovoltaica, hídrica e eólica; não renováveis: gás natural, petróleo e nuclear.
  - (D) renováveis: hídrica, biomassa e fotovoltaica; não renováveis: petróleo, nuclear e carvão mineral.
  - (E) renováveis: eólica, hídrica e fotovoltaica; não renováveis: petróleo, gás natural e carvão mineral.
51. Considerando a manutenção de uma usina termelétrica, as intervenções realizadas nos sistemas de controle de poluição para atender aos padrões ambientais, especialmente em usinas que queimam combustíveis fósseis, enquadram-se como
- (A) manutenção da caldeira.
  - (B) manutenção de sistemas auxiliares.
  - (C) controle de emissões.
  - (D) planejamento estratégico.
  - (E) automação e controle.
52. Assinale a alternativa que apresenta apenas atividades inerentes à operação de sistemas de energia elétrica.
- (A) Supervisão e controle; planejamento e gestão; gerenciamento de falhas.
  - (B) Alocação de geração; supervisão e controle; regulação da concessão.
  - (C) Tarifação; planejamento e gestão; manutenção.
  - (D) Alocação de geração; planejamento e gestão; gerenciamento de contratos.
  - (E) Gerenciamento de falhas; previsão de investimentos; supervisão e controle.

53. Com relação à otimização eletroenergética de sistemas elétricos de potência, pode-se afirmar que (I) a otimização do fluxo de potência ativa e reativa para minimizar perdas técnicas e maximizar a estabilidade de tensão, (II) a otimização do despacho da energia produzida para garantir o menor custo operacional e o uso mais eficiente dos recursos e (III) a localização estratégica de subestações para minimizar perdas e garantir o melhor serviço ao consumidor estão relacionadas, respectivamente, a
- (A) (I) geração, (II) transmissão e (III) distribuição.
  - (B) (I) geração, (II) distribuição e (III) transmissão.
  - (C) (I) transmissão, (II) geração e (III) distribuição.
  - (D) (I) transmissão, (II) distribuição e (III) geração.
  - (E) (I) distribuição, (II) geração e (III) transmissão.
54. Em aproveitamentos hidráulicos de alta queda e vazões relativamente baixas, emprega-se turbina do tipo
- (A) Bulbo.
  - (B) Kaplan.
  - (C) Francis.
  - (D) Turgo.
  - (E) Pelton.
55. Conforme a ANEEL, existem duas abordagens para a regulação dos serviços de geração, que são
- (A) econômica e contratual.
  - (B) econômica e técnica.
  - (C) técnica e contratual.
  - (D) econômica e governamental.
  - (E) administrativa e técnica.
56. Um aproveitamento hidráulico apresenta vazão constante de  $25 \text{ m}^3/\text{s}$ , com um desnível bruto de 32 metros. Pelo estudo de motorização, verifica-se que as perdas de carga no projeto da usina correspondem a 2 metros de coluna de água. Pretende-se utilizar turbinas com rendimento de 80% e geradores com rendimento de 90%.
- Adotando-se  $g = 10 \text{ m/s}^2$  e  $\rho = 1000 \text{ kg/m}^3$ , a potência elétrica disponibilizada por esse aproveitamento é igual a
- (A) 4,75 MW.
  - (B) 6,12 MW.
  - (C) 5,76 MW.
  - (D) 5,40 MW.
  - (E) 4,20 MW.
57. Na matriz energética brasileira de 2024, apresentada no Balanço Energético Nacional de 2025, as três principais fontes de energia, em ordem de grandeza, são
- (A) I – petróleo e derivados; II – hidráulica; III – gás natural.
  - (B) I – hidráulica; II – petróleo e derivados; III – gás natural.
  - (C) I – petróleo e derivados; II – derivados da cana de açúcar; III – hidráulica.
  - (D) I – hidráulica; II – petróleo e derivados; III – derivados da cana de açúcar.
  - (E) I – petróleo e derivados; II – gás natural; III – hidráulica.
58. Conforme a legislação que rege a geração distribuída no Brasil, por definição de potência são consideradas como
- (A) minigeração as usinas com potência instalada superior a 750 kW, com limite de 3 MW para a maioria das fontes renováveis e até 10 MW para fontes despacháveis como a biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).
  - (B) minigeração as usinas com potência instalada superior a 75 kW, com limite de 1 MW para a maioria das fontes renováveis e até 2,5 MW para fontes despacháveis como a biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).
  - (C) microgeração as usinas com potência instalada de até 750 kW.
  - (D) minigeração as usinas com potência instalada de até 750 kW.
  - (E) microgeração as usinas com potência instalada de até 75 kW.

**59.** Uma unidade consumidora de grande porte está conectada à rede em um ponto onde a tensão de conexão é de 138 kV. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 – Condições gerais de fornecimento de energia elétrica, essa unidade consumidora pertence ao grupo A, no subgrupo

- (A) A2.
- (B) A4.
- (C) A1.
- (D) A3.
- (E) A3a.

**60.** Considerando o Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (Prodist): Qualidade da Energia Elétrica, é considerado um afundamento momentâneo de tensão aquele que ocorre

- (A) em um período igual ou superior a um ciclo de tensão da rede e inferior ou igual a três segundos, com amplitude da tensão (valor eficaz) em relação à tensão de referência superior ou igual a 0,5 p.u. e inferior a 0,95 p.u.
- (B) em um período igual ou superior a um ciclo de tensão da rede e inferior ou igual a três segundos, com amplitude da tensão (valor eficaz) em relação à tensão de referência superior ou igual a 0,1 p.u. e inferior a 0,9 p.u.
- (C) em um período inferior ou igual a três segundos, com amplitude da tensão (valor eficaz) em relação à tensão de referência inferior ou igual a 0,1 p.u.
- (D) em um período igual ou superior a trinta ciclos de tensão da rede e inferior ou igual a três minutos, com amplitude da tensão (valor eficaz) em relação à tensão de referência inferior ou igual a 0,1 p.u.
- (E) em um período superior a três segundos e inferior a três minutos, com amplitude da tensão (valor eficaz) em relação à tensão de referência superior ou igual a 0,1 p.u. e inferior a 0,9 p.u.

